

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento — mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante, me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido”. De resto não é bem uma greve, é um locaute, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que, obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido, conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E, enquanto tomo café, vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento, ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

— Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo? “Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina — e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque, no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou um artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga. **O padeiro** (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 Infere-se do primeiro período do texto, pela sequência das ações enumeradas, um único sentido para a palavra “abluções”: o de **orações**.
- 2 Estariam mantidos os sentidos do segundo período do primeiro parágrafo caso se deslocasse o termo “alguma” para imediatamente depois de “coisa”.
- 3 O texto, que é predominantemente narrativo e desenvolvido com base em um fato do cotidiano do narrador, caracteriza-se como uma crônica.
- 4 O texto apresenta um viés reflexivo a respeito do fato de o padeiro ser chamado de “ninguém” e de ele aceitar essa condição, apesar de realizar um trabalho importante para a sociedade.
- 5 No sexto parágrafo, o narrador se compara ao padeiro com base na ideia de que ambos exercem profissões pouco valorizadas.

Considerando aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens a seguir.

- 6 Pela estruturação do penúltimo parágrafo, conclui-se que a forma verbal “levava”, em “no jornal que levava para casa” (segundo período), concorda com a primeira pessoa do singular.
- 7 A oração “para não incomodar os moradores” (último período do segundo parágrafo) expressa circunstância de causa.
- 8 No segundo parágrafo, as formas verbais “vinha”, “apertava” e “avisava” (quarto período) expressam ações que “um homem modesto” (terceiro período) desempenhava repetidamente em tempo passado.
- 9 No quinto parágrafo, as formas verbais “aprendera”, “acontecera” e “atendera” estão flexionadas no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo e denotam ações que ocorreram em momento anterior ao da ocorrência de outras ações no passado, expressas, no texto, pelas formas verbais “abriu” e “Explicou”.
- 10 No último período do segundo parágrafo, o vocábulo “mas” é empregado com valor adversativo.

Julgue os itens subsequentes, em relação a estruturas linguísticas do texto CB2A1.

- 11 Tanto a forma “assobiava”, empregada no último parágrafo do texto, quanto a forma **assoviava** são admitidas pela ortografia oficial em vigor, tendo ambas o mesmo significado.
- 12 No quinto parágrafo, classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “Explicou que aprendera aquilo” (segundo período) e “ouvir uma voz que vinha lá de dentro” (terceiro período).
- 13 O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, em “à porta do apartamento” (quarto período do segundo parágrafo), é obrigatório.
- 14 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituíssem por vírgula tanto o travessão empregado no primeiro parágrafo quanto o empregado no sexto parágrafo.
- 15 No primeiro período do sexto parágrafo, a colocação dos pronomes átonos “me” e “se” exemplifica dois casos de próclise obrigatória.

A respeito de Windows 10, de edição de textos e apresentações com o MS Office 365 e de aplicativos para segurança, julgue os próximos itens.

- 16 A ferramenta do sistema operacional Windows que auxilia na proteção contra ameaças de vírus e *malware* é chamada Defender.
- 17 No Windows, por meio do botão Reiniciar, é possível desligar o computador, mantendo-se abertos e salvos os arquivos em uso, para retornar a eles após uma pausa rápida.
- 18 No Word, ao se usar a opção Salvar uma Cópia, o arquivo original que tiver sofrido alterações poderá ser salvo com outro nome, mantendo-se o original com o nome anterior.
- 19 No PowerPoint, o efeito que se pode aplicar nos *slides* para dar uma melhor aparência na forma como eles mudam durante sua apresentação é chamada de transição.
- 20 Para se utilizar o MS Office 365, é necessário realizar o *download* das ferramentas do MS Office e fazer a instalação no computador do usuário.

Acerca de redes de computadores e de ferramentas disponíveis para comunicação na Internet, julgue os itens que se seguem.

- 21 Em uma *intranet* de uma empresa ou órgão, apenas usuários autorizados, detentores de *login* e senha, podem acessar páginas *web*, sistemas e dados disponíveis.
- 22 Ao se fazer o backup do Windows, pode-se optar por manter as credenciais como a lista de redes Wi-Fi e as senhas em uso no computador.
- 23 No MS Outlook, ao se fazer uma cópia de segurança de todas as informações de contato, calendário e *e-mail* para um arquivo do tipo *pst*, os anexos de *e-mail* são excluídos.
- 24 A pesquisa por imagens na ferramenta de busca do Google pode ser feita por meio de uma foto ou *upload* de arquivos, via recurso do Google Lens.
- 25 Para se utilizar o OneDrive da Microsoft de forma sincronizada, é necessário que haja uma conta pessoal, corporativa ou de estudante configurada para uso.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de princípios de contagem, operações com conjuntos e problemas geométricos.

- 26 Um grupo de 50 pessoas irá receber condecorações da prefeitura, em que cada pessoa receberá pelo menos um de dois tipos de condecorações, que são Honra e Mérito. Se 32 pessoas receberem os dois tipos de condecorações e 40 pessoas receberem pelo menos a condecoração de Mérito, então 18 pessoas receberão apenas a condecoração de Honra.
- 27 Um galpão de ferramentas da prefeitura cujas dimensões são de 11 m por 16 m será ampliado de tal forma que suas novas dimensões passarão a ser 12 m por 22 m. Nesse caso, serão adicionados 88 m² de área útil ao galpão.
- 28 Doze soldados de um batalhão da polícia militar do Espírito Santo, dos quais quatro são homens e oito, mulheres, serão escolhidos para formar uma equipe de seis policiais. Assim, há 420 possíveis maneiras de se formar a equipe com exatamente quatro mulheres e dois homens.

No que se refere a lógica proposicional, julgue os próximos itens.

- 29 O valor lógico da proposição composta $p \vee \sim q \rightarrow r \wedge \sim s$ será verdadeiro apenas para oito combinações diferentes dos valores lógicos das proposições p, q, r e s .
- 30 A frase “Como Cachoeiro do Itapemirim é uma linda cidade, ela possui vários pontos turísticos.” é uma proposição simples.

Com relação Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Lei n.º 4.009/1994, e suas alterações), julgue os itens a seguir.

- 31 Para avaliação de estágio probatório, somente servidor estável de nível hierárquico não inferior ao do avaliado poderá compor comissão avaliadora no município de Cachoeiro de Itapemirim.
- 32 No âmbito do município de Cachoeiro de Itapemirim, é vedada a posse em cargo público mediante procuração.
- 33 Servidor público municipal estável de Cachoeiro de Itapemirim poderá obter licença sem vencimento para tratar de interesses particulares, até o prazo máximo de quatro anos, sendo-lhe vedada nova concessão se ele permanecer no mesmo cargo público.
- 34 No município de Cachoeiro de Itapemirim, a vacância de função de confiança ocorre tanto por dispensa quanto por destituição.

Ainda no que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os próximos itens.

- 35 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que contrair doença profissional que o inabilite para o exercício das suas atribuições terá direito a licença com vencimento integral, independentemente do tempo de serviço público que tiver prestado.
- 36 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que, no exercício das suas atribuições, causar danos a terceiros responderá à fazenda municipal, na forma da legislação civil e processual federal.
- 37 Ao servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim é vedado participar em sociedade de que esse próprio município seja acionista.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

- 38** No município de Cachoeiro de Itapemirim, em cada bairro da cidade e nas sedes dos distritos, é obrigatória a existência de uma praça pública.
- 39** É vedado a servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim servir sob a direção imediata de um tio (irmão do pai).
- 40** A autonomia administrativa do município de Cachoeiro de Itapemirim caracteriza-se pela decretação e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas.

A respeito da ética e da moral no serviço público, julgue os itens que seguem.

- 41** O servidor público possui discricionariedade para, no cumprimento de suas funções e tarefas, utilizar, ou não, os avanços técnicos e científicos postos ao seu alcance.
- 42** A observância da moralidade na administração pública possui estatura unicamente infraconstitucional, pois se origina de disciplina veiculada nos códigos de ética elaborados no âmbito das administrações federais, estaduais e municipais.
- 43** A ausência injustificada do servidor no local de trabalho, apesar de indesejável, não será tida como fato de desmoralização do serviço público, exceto se implicar decréscimo de produtividade.
- 44** O exercício da função pública não se integra na vida particular do servidor público, de modo que os atos verificados na conduta cotidiana no âmbito da vida privada não podem ser utilizados para desfavorecer o conceito do servidor na sua vida funcional.
- 45** A urbanidade no trato com os usuários do serviço público insere-se no âmbito dos deveres fundamentais do servidor público.
- 46** Atentará contra a ética no serviço público o servidor que fizer uso de informações sigilosas ou privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício de terceiros.

A respeito da relação entre ética, moral e democracia e dos aspectos atinentes ao exercício da cidadania, julgue os itens subsequentes.

- 47** A educação é fator fundamental para o exercício da cidadania, tendo sido garantida, à luz desse viés, pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado e da família.
- 48** As capacidades eleitorais ativa e passiva são facetas do exercício da cidadania inseridas no contexto das democracias.
- 49** A ética e a moral não são sinônimas, sendo esta última objeto de estudo da primeira, que, por sua vez, poderia ser definida como ciência da moral.
- 50** Na perspectiva clássica, a ética assume uma concepção predominantemente formal, dissociada da análise dos bens que as pessoas desejam e do modo como aqueles são distribuídos no direito, na política e na economia.

Determinado grupo, de aproximadamente 100 pessoas, planejou de se reunir em praça pública municipal, visando criar associação para combater os desmandos do respectivo prefeito, inclusive utilizando-se de instrumentos judiciais como o mandado de segurança coletivo, já que a agremiação associativa poderia representar seus associados judicialmente. Tomando conhecimento da reunião, o prefeito baixou um decreto determinando: a) a dispersão da reunião e a proibição da criação da associação, alegando ausência de prévia autorização; b) a dissolução de qualquer associação eventualmente criada contrária aos interesses do seu partido.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes com base nos direitos e garantias fundamentais.

- 51** Caso seja efetivamente criada, a entidade associativa terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de expressa autorização do filiado.
- 52** Caso seja efetivamente criada a entidade associativa, esta não poderá impetrar mandado de segurança coletivo logo após a sua criação, uma vez que a associação apenas pode se valer desse instrumento judicial após um ano de funcionamento.
- 53** O prefeito agiu de modo correto ao determinar a dispersão da reunião, pois, embora todos possam reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, exige-se para tal prévia autorização da autoridade local.
- 54** Errou o prefeito ao alegar ausência de prévia autorização para a criação de associação, porquanto tal criação independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 55** Foi errada a atuação do prefeito ao determinar a dissolução de qualquer associação contrária aos interesses do seu partido, porquanto as associações só podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial trânsito em julgado.

Acerca de disposições gerais pertinentes aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 56** É vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- 57** A investidura em cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.
- 58** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência com a remuneração de cargo público, efetivo ou comissionado.
- 59** Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social.
- 60** O limite constitucional do teto remuneratório aplica-se ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo em comissão.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Tendo em vista que, em determinado município, um engenheiro de trânsito e tráfego seja incumbido de realizar um estudo de tráfego para esse município, julgue os itens que se seguem, relativos a essa situação hipotética e a conceitos pertinentes a controle e limite de velocidade em vias urbanas e rurais. Nesse sentido, considere que a sigla CTB, sempre que empregada, se refere ao Código de Trânsito Brasileiro.

- 61** De acordo com o CTB, as vias urbanas destinadas a coletar e distribuir o trânsito em que haja necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade, são chamadas vias coletoras, devendo ser considerada nessas vias, onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima de 60 km/h.
- 62** Visando à redução da velocidade, podem ser planejadas alterações nas características do pavimento de vias, bem como a instalação, transversalmente às vias, de dispositivos auxiliares, como tachões.
- 63** Recomenda-se que o estudo de tráfego em questão relacione a redução de velocidade quando a situação operacional da via assim exigir, seja ela uma curva, uma travessia de pedestres, um perímetro urbano, uma escola, uma ondulação transversal, uma interseção ou outra situação de restrição/proibição operacional.

Quanto à sinalização de trânsito e a aspectos inerentes à moderação de tráfego, julgue os itens seguintes.

- 64** A sinalização horizontal pode ser utilizada para reforçar a sinalização vertical, porém é obrigatória nos casos em que ela tem o poder de regulamentação, como no caso das marcas longitudinais duplas de proibição de ultrapassagem (cor amarela) e faixa de travessia de pedestres (cor branca).
- 65** Os principais objetivos da moderação de tráfego são: melhorar a segurança viária; reduzir o tráfego de passagem; reduzir a velocidade dos veículos; criar mais espaços para pedestres e ciclistas; melhorar as condições ambientais.
- 66** Na sinalização de orientação de destino e de pontos turísticos, para se evitar que o usuário perca o acesso ao local desejado, ou tenha dúvidas se já passou ou não do ponto turístico, deve-se proceder de modo a que, a partir do momento que uma localidade for mencionada em uma placa indicativa de sentido, ela seja continuamente indicada nas placas seguintes, até que se chegue ao destino almejado, ou à via que dê acesso ao local.
- 67** Se determinado cruzamento no centro de uma cidade estiver completamente congestionado e, buscando resolver essa situação, um agente de trânsito tomar a iniciativa e ordenar a passagem de veículos de modo a desobstruir a interseção, ignorando as indicações luminosas de semáforo instalado no local, tal atitude do agente de trânsito, mesmo que resolva o problema do congestionamento, será considerada uma violação, por desrespeitar a prevalência da sinalização, prevista no CTB.
- 68** Recomenda-se que, nas vias rurais (estradas não pavimentadas e rodovias pavimentadas) e vias urbanas de trânsito rápido, a não ser que o espaço existente seja muito limitado, o afastamento mínimo entre placas de sinalização de trânsito seja de 50 m, com o intuito de permitir a leitura e compreensão das mensagens.
- 69** Admite-se acrescentar informação complementar (como período de validade, características e uso do veículo e condições de estacionamento, entre outras) para os sinais de regulamentação R-1 – Parada Obrigatória e R-2 – Dê a Preferência.

Tendo em vista que, de acordo com o CTB, a sinalização semafórica é um subsistema da sinalização viária, compondo-se de indicações luminosas acionadas de forma alternada ou intermitente por meio de sistema elétrico/eletrônico, julgue os próximos itens, relativos a essa sinalização.

- 70** A avaliação da necessidade da permanência de uma sinalização semafórica é tão importante quanto a decisão de se implantar uma nova. Nesse sentido, há de ser levada em conta a variação que ocorre, ao longo do tempo, da dinâmica do trânsito em um local, por motivos diversos, tais como: variação do número de usuários do local; alteração no uso e ocupação do solo; modificação nas condições de circulação no entorno.
- 71** A sinalização semafórica é utilizada somente para regulamentar o direito de passagem dos vários fluxos de veículos (motorizados ou não) e(ou) pedestres em uma interseção ou seção de via.

Julgue os itens a seguir, pertinentes a redes cicloviárias.

- 72** A definição das infraestruturas cicloviárias em função da classificação viária é uma das ações prévias a serem avaliadas por ocasião do estudo de implantação de redes cicloviárias. Por exemplo, em via arterial ou coletora com velocidade de 50 km/h, a tipologia de infraestrutura permitida pode ser: ciclovia; ciclofaixa; e espaço compartilhado entre ciclistas e pedestres, sinalizado e separado fisicamente do tráfego de veículos automotores.
- 73** As ciclovias, necessariamente, têm de possuir uma separação física em relação à pista automotiva; já as ciclofaixas podem ou não possuir essa separação física, podendo, ainda, abranger espaço da referida pista, de calçada ou de canteiro central, sendo delimitadas somente por sinalização específica.

Com referência a estudos de segurança viária, julgue os próximos itens.

- 74** Dentro do escopo da segurança viária, a sinalização vertical de advertência tem como finalidade ser utilizada para alertar os condutores sobre as condições potencialmente perigosas e as situações de obstáculos ou restrições existentes em uma via, ou em áreas adjacentes a ela, indicando a natureza dessas situações à frente, quer sejam permanentes ou eventuais.
- 75** Na concepção e na implantação da sinalização de trânsito, deve-se ter como princípio básico as condições de percepção dos usuários da via, garantindo a real eficácia dos sinais. Um dos princípios da sinalização é o princípio da padronização, segundo o qual a sinalização deve seguir um padrão legalmente estabelecido e situações iguais devem ser sinalizadas com o mesmo critério.

À luz da legislação pertinente, julgue os itens a seguir, relativos à fiscalização de obras no tocante ao acompanhamento da aplicação de recursos.

- 76** Anteprojeto é a peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto executivo.
- 77** Nas alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- 78** Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão, no edital de licitação, de índice de reajustamento de preço com data-base vinculada à data de apresentação da proposta.
- 79** Reajustamento é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- 80** O edital de abertura de uma licitação deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Acerca de conceitos relacionados a controle de materiais, julgue os itens que se seguem.

- 81** Na elaboração de um plano de concretagem, deve-se considerar a mistura do concreto, o transporte (interno e externo à obra), o lançamento, o adensamento e a cura.
- 82** A consistência normal da pasta de cimento é verificada no aparelho de Vicat, utilizando-se a sonda de Tetmajer.
- 83** O agregado britado usado em concretos e misturas asfálticas é chamado de rachão.
- 84** O cimento asfáltico de petróleo deve ter um identificador numérico para indicar a temperatura de aplicação do referido produto.
- 85** Um dos efeitos do aditivo superplastificante no estado endurecido do concreto é melhorar a hidratação do cimento.

Acerca de projeto e execução de estradas, julgue os itens a seguir.

- 86** O tratamento superficial triplo é um tipo de revestimento betuminoso por penetração invertida.
- 87** O lançamento do material para a construção de aterros deve ser realizado em uma única camada.
- 88** Para evitar que o transporte afete as características do material, as operações de preparo da mistura de solo melhorado com cimento devem ser realizadas no próprio leito da estrada.
- 89** Quanto aos cuidados devidos no projeto e na execução de estradas, o teor de umidade do solo e o número de passadas do equipamento são fatores que afetam diretamente a qualidade da compactação.
- 90** Por questões de qualidade técnica, as compensações de corte e aterro na execução de projetos de terraplenagem só deverão ser adotadas quando houver dificuldades de obtenção de materiais oriundos de jazidas.

A respeito de fiscalização e controle de execução de obras públicas, julgue os próximos itens.

- 91** Quando houver erros significativos nas quantidades do orçamento de referência, durante a execução do contrato é recomendável substituir o regime de execução para empreitada por preço unitário, como forma de sanar os erros grosseiros constantes no projeto básico.
- 92** Desde que sejam atendidas as condicionantes legais e havendo previsão em edital, excepcionalmente será permitida a antecipação de pagamento em contratos públicos.
- 93** Devido à falta de orçamento detalhado no anteprojeto, é dispensável, na licitação de contratações integradas, o critério de medição vinculado ao cumprimento de metas de resultado.
- 94** Nas contratações integradas, após a elaboração do projeto básico pela contratada, o respectivo cronograma físico-financeiro também deve ser ajustado e submetido à aprovação da fiscalização.
- 95** Na execução de contratos de obras públicas previstas em plano plurianual, a fiscalização deve cuidar para que somente sejam executados serviços conforme a disponibilidade orçamentária no corrente exercício financeiro.

Em relação às normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997) aplicáveis à engenharia de tráfego, julgue os itens que se seguem.

- 96** A realização de evento que possa perturbar a livre circulação de veículos dependerá de permissão prévia e do pagamento de taxa ao poder público, a fim de que este providencie a sinalização adequada do local.
- 97** Como órgão máximo normativo e consultivo do sistema nacional de trânsito, compete ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) estabelecer as normas para a implementação das soluções adotadas pela engenharia de tráfego.
- 98** Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União supervisionar a implantação de projetos e programas relacionados com a engenharia de tráfego, visando à uniformidade de procedimento.
- 99** O projeto de edificação que possa se transformar em polo atrativo de trânsito somente será aprovado se possuir a anuência prévia do órgão ou da entidade competente, se dele constar a área para estacionamento e se houver indicação das vias de acesso adequadas.
- 100** A receita decorrente das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em educação de trânsito, configurando desvio de finalidade a sua destinação para projetos de engenharia de tráfego.